

AS DISCIPLINAS ESCOLARES E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: O CASO DA DISCIPLINA ESCOLAR QUÍMICA

Palavras-Chave: Tradições curriculares; Química; Currículo; Ensino Médio;

Autores/as:

JULIA HOBOLD – Faculdade de Educação - UNICAMP

Prof.^a Dr.^a MARIA INÊS PETRUCCI-ROSA (orientadora) - Faculdade de Educação - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Como um componente social, a educação é uma atividade especificamente humana, que deve ser analisada com base nos processos históricos e compreendida a partir da realidade social. A educação é resultado das transformações históricas e a escola é fruto de um movimento de disputa política, sendo os documentos curriculares carregados de evidências sobre essas disputas. Nesse sentido, se analisarmos a escola atual, percebemos que está marcada pelos acontecimentos históricos da década de 1990.

A educação brasileira nos anos 1990, é marcada pela ideologia neoliberal e por empréstimos feitos pelo Banco Mundial. Surge um novo projeto econômico guiado pelas “reformas” neoliberais, que foram definidas em um conjunto de programas de políticas e de condições indicadas pelo BM/BIRD/FMI e outras instituições de financiamentos conforme a particularidade de cada programa. Ocorrendo uma massiva desmobilização da classe trabalhadora, referente às lutas sociais travadas nos anos de 1980. Com a criação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDBEM), aprovada em dezembro de 1996, houveram significativas mudanças nas responsabilidades dos entes federativos, no que diz respeito à manutenção e ao desenvolvimento do ensino e a recomendação de implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nos estados e municípios.

Para Goodson (1997) o currículo escolar é um artefato social concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos e uma manifestação extrema de construções sociais, embora o currículo tenha sido tratado de forma currículo escrito ou os manuais das disciplinas têm caráter simbólico e recorrente na história apenas como um dado.

O currículo é simbólico e prático ao mesmo tempo. Simbólico porque determina e evidencia as intenções educativas que partem da construção histórico-social e política de seus autores e dos governantes. E tem um caráter prático, pois demonstra a distribuição de recursos para a educação, como, por exemplo, os investimentos em formação e capacitação de professores que cada país ou estado se propõe a fazer. (GOODSON, 1997)

O projeto teve como objetivo investigar a disciplina escolar de química através de lentes que chamamos de “tradições”, para isso foi necessário caracterizar como cada tradição se apresenta nessa disciplina escolar considerando suas especificidades. Em cada comunidade disciplinar as três tradições de ensino se manifestam de forma diferente, já que é no detalhe da especialidade que cada uma delas é identificada.

METODOLOGIA:

Inicialmente, foram estudados os referenciais bibliográficos propostos no projeto original com o intuito de gerar significados e conhecimentos teóricos sobre as tradições do ensino. A metodologia utilizada foi a análise documental das propostas curriculares estaduais, separadas em regiões, após a leitura foram feitos registros e notas em formato de apresentação multimídia e textos.

Houve também um movimento de busca de relações e contradições entre os contextos políticos, sociais e culturais do País e dos respectivos Estados analisados e das e as tradições curriculares e conteúdos encontrados em seus respectivos currículos da disciplina escolar de química. Buscando entender como o contexto educacional da região direcionou a construção dessas propostas curriculares e se elas de alguma forma antecipavam o formato e ideias encontradas na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O projeto investigou como a disciplina escolar Química é sistemicamente narrada no documento curricular Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio e nas Propostas Curriculares Estaduais. Para isso, parte de um referencial teórico advindo das contribuições de Ivor Goodson, em especial, a compreensão de que existem tradições que marcam a natureza das disciplinas escolares.

Foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa entender os atores por trás de cada documento: especialistas, membros da secretaria de educação e governantes de cada Estado, relacionando a linha política desses indivíduos e quais as influências geradas no caráter das propostas curriculares, e se esses objetivos políticos estariam implícitos nos textos.

A tradição acadêmica na disciplina escolar de química se encontra na utilização predominante de linguagem científica e matemática aplicada aos fenômenos químicos exemplificada na presença de fórmulas, equações e modelos que buscam explicar teorias ou fenômenos naturais e artificiais com uma nomenclatura e simbologia próprias à comunidade científica, gerando uma tendência à abstração. Foi constatado que essa tradição é mais evidente em documentos onde a participação de especialistas em educação e ensino de ciências é menor.

Os documentos curriculares onde se evidenciou maior graduação da tradição acadêmica são: Minas Gerais: “Currículo Básico Comum” (2012); Goiás: “Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás” (2011), Amapá: “Plano Curricular da Educação Básica do Estado do Amapá (2009)”, Santa Catarina: “Proposta Curricular de Santa Catarina (2014)”, Piauí: “Matrizes Disciplinares do Ensino Médio – Quadros das Disciplinas por Ano/Série (2013), Tocantins: “Proposta Curricular Ensino Médio (2009)” e Pará: “Proposta Curricular – (2003)”.

A manifestação da tradição utilitária no ensino de química se dá como uma fuga do academicismo e da linguagem matemática e simbólica, nesse contexto o conhecimento é focado em aplicação prática ou uma relação direta com o cotidiano do aluno. A química é tratada também como um saber essencial na formação do cidadão com o dever de conscientizar e orientar sua formação para o mundo do trabalho. Segundo Saviani (2010) a ideia de uma educação focada em princípios de aumento da produtividade e em resultados ganha força a partir de 1969, seguindo como base a teoria do capital humano e os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

“[...] buscou-se estender essa tendência produtivista a todas as escolas do país, por meio da pedagogia tecnicista convertida em pedagogia oficial. Já a partir da segunda metade dos anos de 1970, adentrando pelos anos de 1980, essa orientação esteve na mira das tendências críticas, mas manteve – se como referência da política educacional.” (SAVIANI, 2010).

Nesse período o objetivo das políticas públicas na educação passava a ser o crescimento econômico do país, considerando que para isso o aumento no nível de escolaridade e a renda dos cidadãos seria essencial para o desenvolvimento do Brasil. As propostas curriculares que apresentaram maiores marcas da tradição utilitária estão ligadas ao objetivo de formação do capital humano com intuito de alavancar a economia do país, e essas ideias estão em consonância com as políticas públicas neoliberais do país no mesmo período.

Os documentos curriculares em que foram encontradas mais marcas da tradição utilitária são: Rio de Janeiro: “Currículo Mínimo 2012: Química”; São Paulo: “Proposta Curricular do Estado de São Paulo Para a Disciplina de Química (2012)”, Sergipe: “Referencial Curricular (2011)”, Mato Grosso do Sul: “Referencial Curricular (2012) – Ensino Médio”, Amazonas: “Proposta Estadual de Química para o Ensino Médio” e Distrito Federal: “Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Médio (2013)”.

A tradição pedagógica se apresenta como uma ponte entre as tradições utilitária e acadêmica, tendo como principal objetivo oferecer uma formação científica ao aluno, considerando as circunstâncias históricas e culturais da sociedade e situando a ciência e o seu ensino no tempo e no espaço. Na prática são sugeridas diversas propostas de situações de aprendizagem, como por exemplo: debates, experimentos em sala de aula, contextualização com problemas sociais e ambientais da região, estado ou país. Há uma tendência nessa tradição de promover a “alfabetização científica”, num movimento de emancipação do sujeito para compreender a ciência e seus métodos de forma crítica e consciente.

(...) seria desejável que os alfabetizados cientificamente não apenas tivessem facilitada leitura do mundo em que vivem, mas entendessem as necessidades de transformá-lo – e, preferencialmente, transformá-lo em algo melhor. Tenho sido recorrente na defesa da exigência de com a ciência melhorarmos a vida no planeta, e não torná-la mais perigosa, como ocorre, às vezes, com maus usos de algumas tecnologias (CHASSOT, 2003, p.94)

Os documentos curriculares onde se evidenciou maior incidência da tradição pedagógica são: Espírito Santo: “Currículo Básico da Escola Estadual: Ensino Médio, Vol. II – Área de Ciências da Natureza” (2009), Rio Grande do Sul: “Lições do Rio Grande – Ciências da Natureza e suas Tecnologias” (2009), Alagoas: “Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado de Alagoas (2014)”, Maranhão: “Diretrizes Curriculares – Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (2014)”, Pernambuco: “Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco” (2012), Paraná: “Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2008), Rondônia: “Ensino Médio: Referencial Curricular de Rondônia” (2013) e Mato Grosso: “Orientações curriculares, área de Ciências da Natureza” (2010) e Acre: “Orientações Curriculares para o Ensino Médio CADERNO 1 – Química” (2010).

Considerando que pesquisa em ensino de química é uma área que desde 1982, na conferência de abertura do 1º Encontro Nacional de Ensino de Química (ENEQ), realizada no Instituto de Química da UNICAMP, vem se conceituando e crescendo no Brasil é natural que a participação dos pesquisadores do ensino de ciências e química nos documentos seja fruto de identidade do professor de química e do conhecimento escolar, e que essas características sejam encontradas em um número significativo de propostas curriculares com a participação desses indivíduos e tenham como destaque a tradição pedagógica em seu conteúdo.

A utilização da área da Ciências da Natureza na maioria dos documentos em que se encontravam as tradições utilitárias e acadêmicas junto com a falta de informação a respeito dos profissionais da educação que participaram da elaboração dos PCN's, que foi recorrente em muitos dos documentos curriculares, são marcas de um apagamento da química nos currículos escolares e de uma antecipação da BNCC.

BIBLIOGRAFIA

CHASSOT, Attico, (2003). **Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.22, p.89-100. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a09.pdf>.

GOODSON, Ivor F. **A Construção Social do Currículo**. Coletânea de textos de Goodson organizada por Antônio Nóvoa. Lisboa: Educa, 1997

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2010.